

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	pag. 1
MEMBROS DA COMISSÃO.....	pag. 2
ESTATÍSTICA DAS REUNIÕES REALIZADAS E PROPOSIÇÕES.....	pag. 3 e 4
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....	pag. 5 a 9
PROJETOS APROVADOS.....	pag. 10 a 13
PROJETOS REJEITADOS.....	pag. 14
PROJETOS PENDENTES	pag. 15 a 17
SEMINÁRIOS : I - Violência, Drogas e Porte de Armas; e II - Política de Defesa Nacional.....	pag. 18 e 19
FUNCIONÁRIOS.....	pag. 20

Apresentação

Quando em março de 1996 assumi a Presidência da Comissão de Defesa Nacional, confesso que tinha idéias algo distorcidas sobre sua importância e atividades.

Hoje - um ano depois - ao sair dela, vejo como estava equivocado. Ligada estreitamente à política de defesa do país e, conseqüentemente à segurança pública, a Comissão é uma das mais importantes desta Casa. Tanto assim, que discutiu, no ano que passou, 84 projetos de lei, alguns de extrema importância nas referidas áreas e promoveu quatro audiências públicas, com a participação de vários especialistas para o debate de temas relevantes.

Diversos projetos aprovados na Comissão foram enviados para outros órgãos ou para o Plenário da Câmara quando foi necessária a sua manifestação.

Além disto a Comissão promoveu dois Seminários, com repercussão na mídia nacional, para discutir, debater e propor soluções em duas áreas extremamente importantes. O primeiro, *"Violência, Drogas e Porte de Armas"* aprofundou um assunto polêmico e atualíssimo, sobre a questão da Segurança Pública no país. Ficou clara a relação entre o tráfico de drogas, o uso indiscriminado de armas e a violência, tanto urbana quanto rural. É bom destacar ainda que dois projetos muito discutidos neste seminário, o que regulamenta o porte de armas e outro, de nossa autoria, que cria uma nova política de drogas para o Brasil, foram aprovados no Plenário da Casa e um deles já foi sancionado pelo Presidente da República.

O segundo, também de suma importância, colocou em discussão um tema não menos discutido mas até pouco tempo, resguardado e restrito: *"A Política de Defesa Nacional"*, com um debate de cerca de 9 horas de duração, com as maiores autoridades deste assunto, unidas na busca de uma adequação da lei brasileira à realidade mundial, no que diz respeito à universalização dos direitos democráticos e da manutenção da soberania das nações.

Ainda é bom citar que, em todas as 25 reuniões realizadas pela Comissão, a participação das Assessorias Militares foi profícua, constante e estimuladora, capaz de encetar algumas das melhores idéias surgidas nesta área no decorrer do ano.

Por fim, agradeço o apoio do corpo técnico da Comissão, na pessoa do seu Secretário, Tércio Mendonça Vilar pela condução responsável do trabalho no decorrer de todo o ano.

J. Elias Murad
Presidente da CDN

RELAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

PRESIDENTE: ELIAS MURAD - PSDB/MG

1º VICE-PRESIDENTE: ANTÔNIO FEIJÃO - PSDB/AP

2º VICE-PRESIDENTE: FRANCISCO RODRIGUES PPB/RR

3º VICE-PRESIDENTE: PAULO DELGADO - PT/MG

TITULARES

SUPLENTES

P F L / P T B

1. ÁTILA LINS (PFL) - AM
2. LUCIANO PIZZATTO (PFL) - PR
3. MOISÉS LIPNIK (PTB) - RR
4. ROGÉRIO SILVA (PFL) - MT
5. VILMAR ROCHA (PFL) - GO
6. WERNER WANDERER (PFL) - PR

- ABELARDO LUPION (PFL) - PR
CARLOS MAGNO (PFL) - SE
JÚLIO CÉSAR (PFL) - PI
MALULY NETTO (PFL) - SP
MARIA VALADÃO (PFL) - GO
PAULO HESLANDER (PTB) - MG

P M D B / PSD / PSL / PSC

1. ARY KARA (PMDB) - SP
2. JOÃO THOMÉ MESTRINHO (PMDB) - AM
3. JOSÉ PINOTTI (PMDB) - SP
4. MARCELO BARBIERI (PMDB) - SP
5. NOEL DE OLIVEIRA (PMDB) - RJ

- ELTON ROHNELT (PSC) - RR
JOSÉ PRIANTE (PMDB) - SP
MARQUINHO CHEDID (PSD) - SP
PINHEIRO LANDIM (PMDB) - CE
1 vaga (s)

PPB / PL

1. FRANCISCO RODRIGUES (PPB) - RR
2. JAIR BOLSONARO (PPB) - RJ
3. VALDENOR GUEDES (PPB) - AP

- ANIVALDO VALE (PPB) - PA
AUGUSTO NARDES (PPB) - RS
JÚLIO REDECKER (PPB) - RS
ROBERTO JEFFERSON (PTB) - RJ

2 vaga (s)

1 vaga (s)

P SDB

1. ANTONIO FEIJÃO (PSDB) - AP
2. ELIAS MURAD (PSDB) - MG
3. JOSÉ ANÍBAL (PSDB) - SP
4. ROMMEL FEIJÓ (PSDB) - CE

- CELSO RUSSOMANNO (PSDB) - SP
FIRMO DE CASTRO (PSDB) - CE
NELSON OTOCH(PSDB) - CE
1 vaga (s)

P T

1. JOSÉ GENOÍNO (PT)- SP
2. PAULO DELGADO (PT) - MG

- ADÃO PRETTO (PT) - RS
LUCIANO ZICA (PT) - SP

P D T

1. MÁRCIA CIBILIS VIANA (PDT) - RJ

- SÉRGIO CARNEIRO (PDT) - BA

PSB

1. RICARDO IZAR (PPB) - SP

1 vaga (s)

PC do B

1. HAROLDO LIMA (PC do B) - BA

- ALDO REBELO (PC do B) - SP

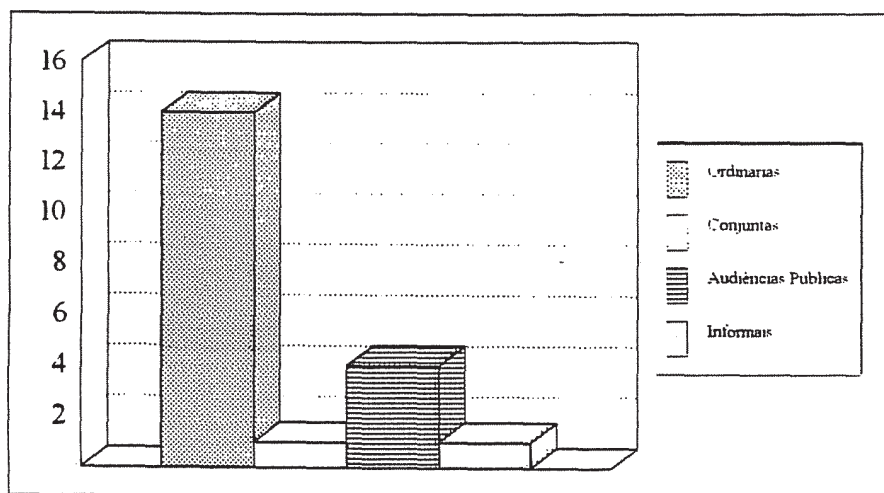
Secretário: Tércio Mendonça Vilar

Local: Sala T - 55 - Anexo II

CEP: 70.160 - 900

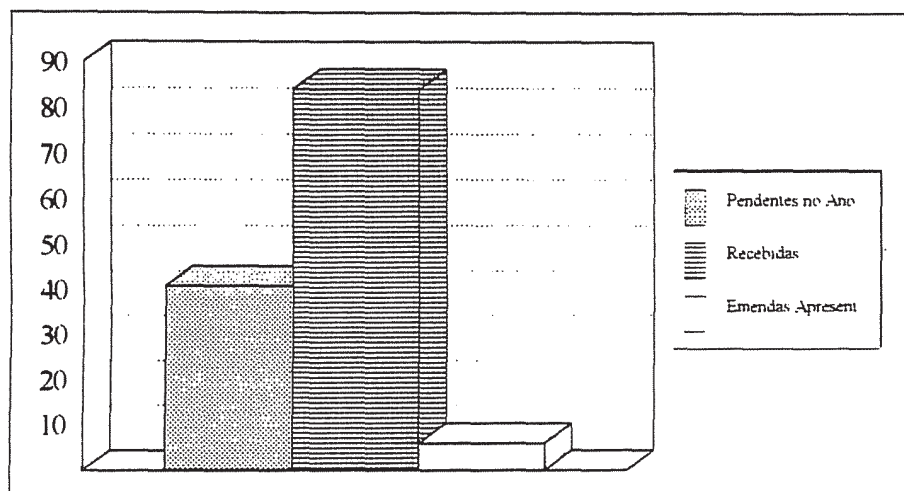
REUNIÕES REALIZADAS

REUNIÕES							OUTROS EVENTOS	TOTAL	Expositores (Convidados)
Ordinárias	Extraordinárias	Subcomissões	Conjuntas	Audiências Públicas	Informais	Subtotal			
14	3	0	1	4	1	23	2	25	25

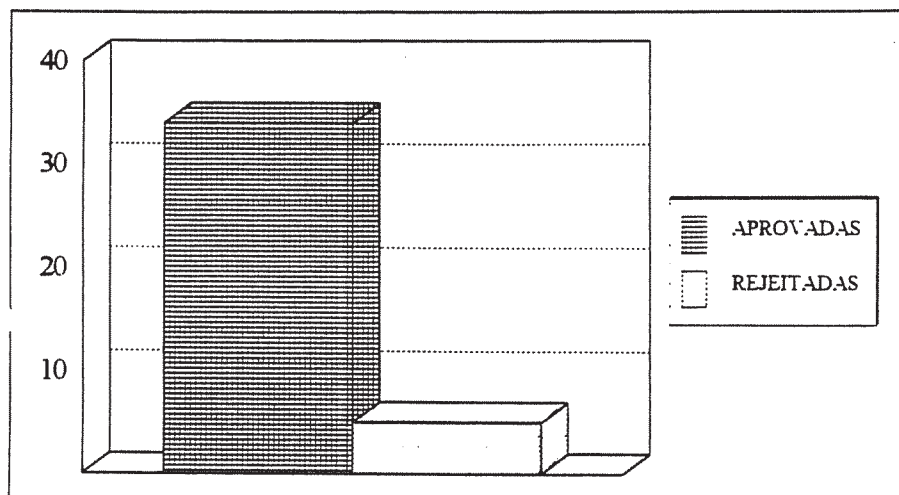


PROPOSIÇÕES

Pendentes no Ano Anterior	41
Recebidas	84
Emendas Apresentadas na Comissão	6

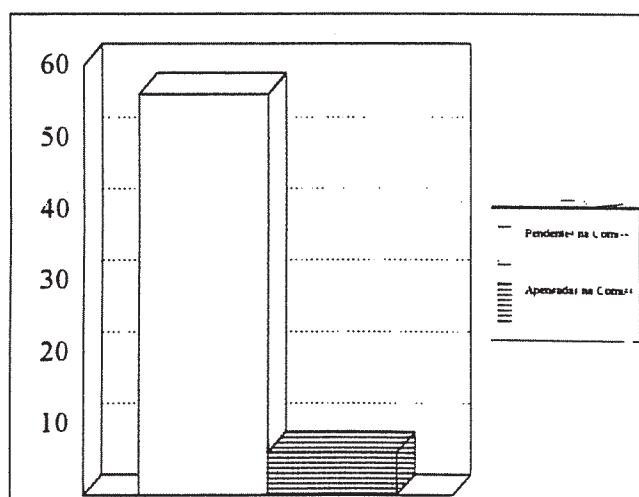
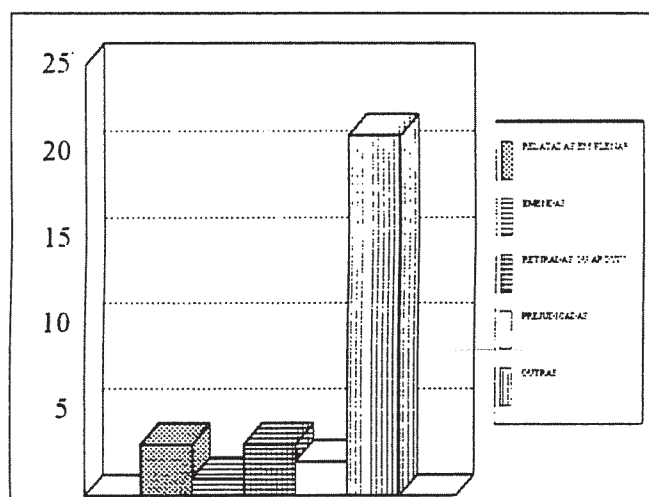


APRECIADAS				
APROVADAS	REJEITADAS	REDAÇÃO FINAL	OUTROS PARECERES	SUBTOTAL
34	5	0	0	39



SAÍDAS DIVERSAS						
RELATADAS EM PLENÁRIO	EMENDAS	RETIRADAS OU ARQUIVADAS	PREJUDICADAS	REDAÇÃO FINAL	OUTRAS	SUBTOTAL
3	1	3	2	0	21	30

Pendentes na Comissão	56
Pareceres Preliminares	0
Destaques recebidos	0
Apensadas na Comissão	6



Órgão de Inteligência não vai ser polícia



Generais Ariel Fonseca e Alberto Cardoso, Deputado Elias Murad e Almirante César Flores - Reunião do dia 21/05

O ministro-chefe da Casa Militar da Presidência da República, General Alberto Mendes Cardoso, durante reunião realizada pela Comissão de Defesa Nacional, no dia 21 de maio, garantiu que o novo órgão de inteligência não terá poder de polícia, *"servindo apenas como mais uma fonte de informação para o Presidente da República tomar suas decisões"*. A proposta de criação da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) já está praticamente pronta e os pontos de discordância que cercavam este projeto já foram acertados. Como por exemplo a questão da fiscalização que deve ficar por conta do Congresso, no caso, pelas duas Comissões de Defesa, do Senado e da Câmara e pela Justiça, característica ressaltada pelo presidente da Comissão, deputado Elias Murad (PSDB-MG). Já o deputado José Genoíno (PT-SP), autor do requerimento para realização da reunião, chamou a atenção para o tênue limite entre a ação *"legal e ilegal dos futuros arapongas"*.

A Abin, segundo o general, será um órgão civil e não de Estado, respondendo pelo serviço de informação e contra-informação, com um chefe indicado pelo próprio Presidente da República (a ser ratificado pelo Senado), que vai também responder diretamente a ele. Cardoso contou que o novo órgão funcionará requisitando agentes do antigo Serviço Nacional de Informações - SNI, mas que não agiram de forma *"policialesca"*.

Síndrome de SNI - Para o almirante Mário César Flores, ex-chefe da SAE, um dos debatedores da reunião, a grande dificuldade para se *"restaurar a saúde"* da atividade de inteligência é vencer o que chamou de *"Síndrome de SNI"*, demonstrada por uma visão negativa por parte da mídia e da sociedade que só se lembra e destaca os pontos ruins do antigo órgão. Pregou também a manutenção de um dos preceitos básicos para o funcionamento desse órgão, a prerrogativa do sigilo da informação.

Governo vai manter terras ianomâmis

O ministro da Justiça, Nelson Jobim, confirmou que o governo não tem nenhuma intenção de revogar o Decreto de 25 de maio de 1992, que homologou a demarcação das terras indígenas ianomâmi, nos estados de Roraima e Amazonas. A reunião, que aconteceu no dia 19 de junho, foi realizada em conjunto pelas Comissões de Defesa Nacional; Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias e Comissão de Direitos Humanos. O propósito do encontro foi discutir, mais uma vez, o Projeto de Decreto Legislativo nº 365/93, de autoria do deputado Jair Bolsonaro (PPR-RJ) que torna sem efeito a demarcação daquela reserva.

Jobim apontou as grandes dificuldades que poderiam advir de uma "volta atrás" nesta questão, não só para as comunidades indígenas que já vivem adaptadas ao local, mas também para a imagem internacional do país, lembrando também que isto seria inconstitucional, já que o processo todo já foi executado. "Não existe justificativa para tal atitude", observou o ministro, ao mesmo tempo em que refutava a alegação de Bolsonaro de que a demarcação como foi feita (com uma ocupação de quase 10 milhões de hectares por 9 mil índios) oferece riscos para a segurança das fronteiras nacionais: "Não existe incompatibilidade nisso, pois as terras não deixam de pertencer à União", justificou.

Durante a reunião, o líder ianomâmi Davi Kopenawa, denunciou a invasão das terras da sua tribo, em Roraima, por cerca de 3 mil garimpeiros e outros 4 mil venezuelanos. Ele pediu que o Congresso intervenha junto ao governo para que o mesmo libere recursos para coibir essas invasões. A reunião foi presidida pelo deputado Elias Murad (PSDB-MG).

Superlotação carcerária



Adip / Canina

Paulo Roberto Affonso - Secretário Subst., Deputado Elias Murad e Wagner Belmont - Reunião do dia 14/08

"Uma das causas do crescimento da violência na grande São Paulo é o aumento da população carcerária nas delegacias de polícia do estado". A conclusão é do jornalista Wagner Belmont, da Rede Bandeirantes de Rádio que debateu o assunto com os membros da Comissão de Defesa Nacional, no dia 14 de agosto. A audiência pública, solicitada pelo deputado Ricardo Izar (PPB-SP), foi motivada por uma série de reportagens feitas pelo jornalista preocupado com o grande número de homicídios acontecidos na cidade nos últimos meses.

Segundo Wagner Belmont, na verdade o que está acontecendo é um *"desvirtuamento"* das funções exercidas pelas autoridades policiais subordinadas à Secretaria de Segurança Pública, pois os delegados, investigadores e a Polícia Militar ficam presos dentro da delegacia, com medo da ocorrência de alguma fuga.

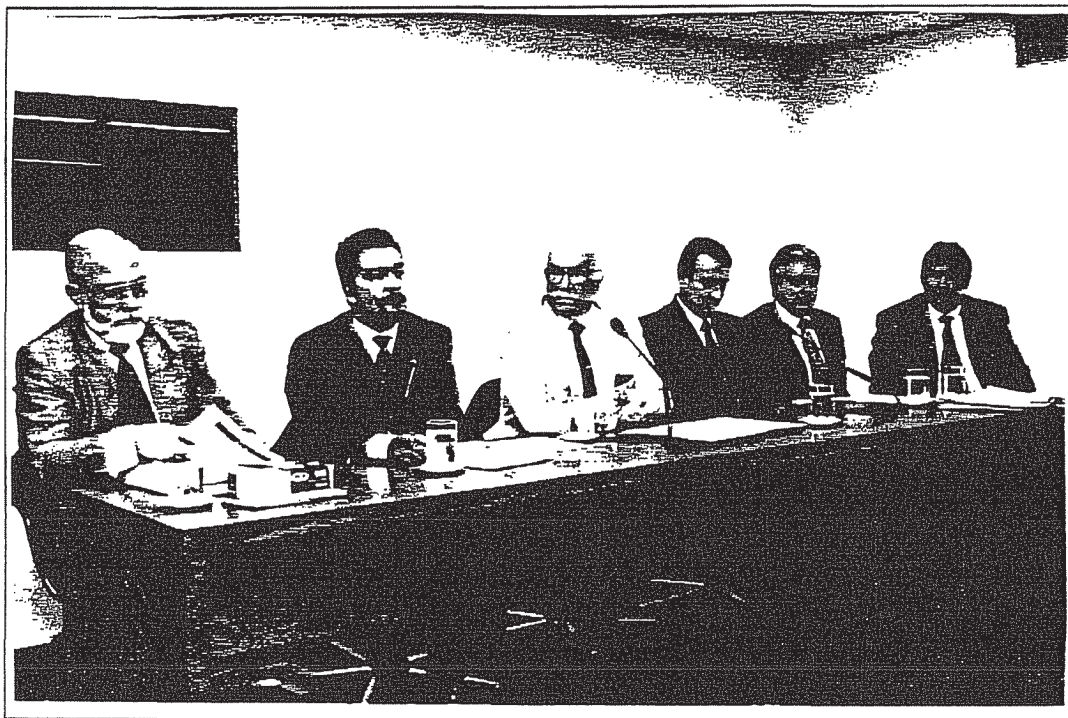
"Esses presos deveriam estar nas casas de detenção e nas penitenciárias", afirmou o jornalista ao contar que são tantos os detentos que em algumas delegacias da cidade, a média de espaço para cada detento em uma cela é de 23 centímetros. Ele informou que a capacidade das instalações carcerárias nas delegacias seria de 2.640 presos e hoje esse número está acrescido em 172% só na cidade de São Paulo. Segundo ele, essa superlotação facilita as tentativas de fuga que acontecem quase que diariamente na cidade, agravando o problema da segurança da população, em especial daqueles que moram vizinhos às delegacias.

Os deputados Ricardo Izar, Ary Kara (PMDB-SP) e José Genoíno (PT-SP) concordaram que a situação da segurança pública do estado é grave em função do desmembramento das polícias, da não-valorização do policial, do sucateamento da frota, do desencanto do policial com a carreira e o desestímulo por parte do Governo.

O jornalista finalizou seu depoimento lamentando a falta de propostas governamentais que possam resolver, em curto prazo, o problema da superlotação das delegacias: *"Esse problema é de difícil solução e só vi até agora ações concretas por parte da sociedade civil, em campanhas de paz e de valorização da vida"*.

O deputado Elias Murad (PSDB-MG) presidiu a reunião.

Vale do Javari na rota do narcotráfico



Adriano / Canaã

Professor Frederico Arruda, Mário Stélio (FUNAI), Deputado Elias Murad, Mauro Spósito (Polícia Federal), Jornalista Francisco José e Hamilton Casara (IBAMA) - Reunião do dia 08/05

"A fronteira ocidental do Brasil, entre o Acre e Amazonas, conhecido por Vale do Javari confina a região de maior produção de cocaína do mundo". A afirmação foi feita pelo Superintendente da Polícia Federal no Amazonas, Mauro Spósito, durante reunião realizada a pedido do deputado Luciano Pizzatto para apurar denúncias veiculadas no Programa *"Globo Repórter"*, do dia 19 de abril, da Rede Globo de televisão. A matéria jornalística revelou a prática de narcotráfico, contrabando de reserva florestal, fauna e flora e desmatamento no Vale do Javari, a pedido do deputado Luciano Pizzatto (PFL-PR). Ele também informou que a área plantada de cocaína nas cabeceiras dos rios formadores da Bacia Amazônica, chega a duzentos mil hectares.

Outro grave fato citado por Spósito, e confirmado pelo jornalista Francisco José, autor das denúncias, foi de que está acontecendo uma espécie de transformação cultural na região, pois a falta de oportunidade de empregos faz com que o indivíduo seja uma presa fácil da empresa do narcotráfico. Ele contou que este fato não é novo, pois existem dados que dão conta de que isto vem acontecendo há mais de 30 anos.

"A Amazônia dos Esquecidos" - esta foi a expressão usada por Francisco José para descrever a situação da população ribeirinha do Vale do Javari. *"Ali não existe nenhum saneamento básico, as pessoas passam fome, não há emprego e assim as ilegalidades ocorrem sem nenhum controle"*, afirmou o jornalista.

Já o deputado Cláudio Chaves (PFL-AM), co-autor do requerimento para realização da reunião, ao pedir a apuração das denúncias, defendeu a ideia do professor do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade do Amazonas, Luis Frederico Arruda, de criação de um Instituto de Estudos Estratégicos da Amazônia. Este órgão teria como atribuição a definição de estratégias para a região, além de também subsidiar o Congresso e o Executivo nas ações dirigidas para o combate do narcotráfico e da exploração desmedida das florestas em suas potencialidades.

Horário de Verão



Deputado Antônio Feijão e Demóstenes Barbosa da Silva - Diretor Adjunto do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - Reunião do dia 12/12

"A economia de energia elétrica que o país faz durante o tempo em que o Horário de Verão é adotado tem valido a pena, mas o governo deve avaliar, para os anos futuros, se faz ajustes que possam suavizar os incômodos para a saúde e a segurança dos cidadãos das regiões Norte e Nordeste do país". A afirmação foi feita pelo diretor adjunto do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, Demóstenes Barbosa da Silva, durante reunião de audiência pública realizada pela Comissão de Defesa Nacional no dia 12 de dezembro.

Demóstenes, que veio representando o ministro das Minas e Energia, Raimundo Brito, defendeu o Horário de Verão, trouxe dados que demonstram uma economia de energia, durante os cinco meses em que este é válido, de cerca de 7% do consumo normal, especialmente na região Sudeste. *"É bem verdade que a aceitação maior dessa medida acontece nos estados do Sul do país, até por uma questão cultural de poupar, economizar, enquanto no Norte do Brasil já se registra uma aceitação menor"*, admitiu o diretor.

Ele, no entanto, insistiu na defesa da medida, alertando para o risco de um possível *"black-out"* por excesso do consumo da ordem de 2,3% no Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Polêmica

O diretor também trouxe pesquisas de opinião pública dando conta que 73% das pessoas entrevistadas se sentem mais seguras durante o Horário de Verão e que quanto à adaptação biológica, *"a mesma acontece, em geral, num período de uma semana"*. Esses levantamentos não foram comungados pelo presidente da Comissão, deputado **Elias Murad (PSDB- MG)** que mostrou outras pesquisas, realizadas em Belo Horizonte, onde 85,4% dos entrevistados manifestaram-se contra o horário de verão. Também citou a opinião de vários especialistas médicos sobre os efeitos maléficos para a saúde por causa da mudança. *"Até onde uma possível economia de um a dois por cento de energia poderia compensar os males para o organismo das pessoas?"*, questionou Murad.

Também o Vice-presidente da Comissão, deputado **Antônio Feijão (PSDB-AM)**, reclamou da medida, contando que em seu estado as pessoas são obrigadas a assistir programas de TV de madrugada e outros noturnos que lá passam às 5 da tarde. *"Somos a única cultura que faz a natureza ficar de joelho"*, avaliou.

PROJETOS APROVADOS

1 - PL 50/95 - do Sr. RITA CAMATA - que "altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre a segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências".

RELATOR: FRANCISCO RODRIGUES

2 - PDC 133/95 - do Sr. BONIFÁCIO DE ANDRADA - que "susta parcialmente a aplicação da Portaria nº 580, de 15 de novembro de 1991 por ferir, no tocante à faixa de fronteira, o disposto constitucional".

RELATOR: ELTON ROHNELT

3 - PDC 210/95 - da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES - que "aprova o texto do Acordo para o Estabelecimento e Utilização de Meios de Rastreamento e de Telemedida situados em território Brasileiro, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a Agência Espacial Européia, em Paris, em 3 de maio de 1994".

RELATOR: VILMAR ROCHA

4 - PDC 231/95 - da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES - que "aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua para a Redução da Demanda Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, em Brasília, em 12 de abril de 1995".

RELATOR: ELIAS MURAD (AVOCADO)

5 - PDC 242/96 - da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES - que "aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República da Namíbia e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em 4 de março de 1994, em Windhoek, República da Namíbia".

RELATOR: ÁTILA LINS

5 - PDC 259/96 - da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES - que "aprova o texto do da Convenção de segurança Nuclear, assinada pelo Brasil em 20 de setembro de 1994".

RELATOR: ROGÉRIO SILVA

6 - PDC 288/96 - da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES - que "aprova o pedido de renovação do prazo de permanência do contingente militar brasileiro - COBRAVAM na UNAVEM - III".

RELATOR: ELIAS MURAD (AVOCADO)

7 - PDC 297/96 - da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES - que "aprova o texto do Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, em Buenos Aires, em 9 de abril de 1994".

RELATOR: ANIVALDO VALE

8 - PDC 318/96 - da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES - que "aprova o texto do Acordo, por troca de Notas, que incorpora os parágrafos 4, 5 e 6 do artigo V do Acordo para a Construção da Ponte São Tomé e São Borja, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Argentina, em Buenos Aires, em 17 de novembro de 1995".

RELATOR: NOEL DE OLIVEIRA

9 - PDC 321/96 - da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES - que "aprova o texto do Acordo, sobre Segurança Técnica Relacionada ao Desenvolvimento Conjunto dos Satélites de Recursos Terrestres, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, em Beijing, em 13 de dezembro de 1995".

RELATOR: ROGÉRIO SILVA

10 - PL 459/95 - do Sr. SÉRGIO CARNEIRO - que "regula o disposto no inciso II do artigo 20 da Constituição Federal, dispondo sobre as terras devolutas sob domínio da União".

RELATOR: MARQUINHO CHEDIDI

11 - PL 887/91 - da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - que "cria salvaguardas para a tecnologia no campo nuclear".

RELATOR: JOSÉ GENOÍNO

12 - PL 945/95 - do Sr. SALOMÃO CRUZ - que "dispõe sobre a obrigatoriedade da existência prévia de levantamento geológico para a definição de áreas de que tratam o inciso III, do parágrafo 1º, do artigo 225; e o artigo 231, da Constituição Federal, e dá outras providências".

RELATOR: ANTÔNIO FEIJÃO

13 - PL 1.043/95 - do SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR - que "acrescenta inciso ao artigo 9º da Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992, que "organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus serviços auxiliares".

RELATOR: LUCIANO PIZZATTO

14 - PL 1.098/95 - do Sr. LEONEL PAVAN - que "cria o Plano de Assistência à Saúde dos Ex-Combatentes da Segunda Guerra Mundial, de acordo com o inciso IV do artigo 53 do Ato das Disposições Transitórias, garantindo aos ex-combatentes e seus dependentes a gratuidade da assistência médica e hospitalar".

RELATOR: MOISÉS LIPNIK

15 - PL 1.102/95 - do Sr. MAURÍCIO CAMPOS - que "restabelece direitos conferidos pela Lei nº 288, de 8 de junho de 1948, aos Oficiais, Subtenentes, Suboficiais e Sargentos que participaram efetivamente da Segunda Guerra Mundial".
RELATOR: WERNER WANDERER

16 - PL 1.229/95 - do PODER EXECUTIVO - que " altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, para incluir hipótese de destruição de aeronave".
RELATOR: ELTON ROHNELT

17 - PL 1.459/96 - do Sr. LAPROVITA VIEIRA - que " dispõe sobre o acesso e uso, pelas polícias federal, civis e militares, dos veículos furtados e roubados, quando resgatados em ações de policiamento preventivo ou ostensivo e não procurados oportunamente pelos respectivos proprietários".
RELATOR: ARY KARA

18 - PL 1.692/96 - do Sr. SILAS BRASILEIRO - que " dispõe sobre o acesso e uso, pela Polícia Federal, de material apreendido pelo órgão de prática dos crimes de contrabando e descaminho".
RELATOR: ANTÔNIO FEIJÃO

19 - PL 1.737/96 - do Sr. JAIR BOLSONARO - que " revoga o artigo do Decreto-Lei nº 1001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar ".
RELATOR: IVO MAINARDI

20 - PL 1.803/96 - do PODER EXECUTIVO (MSC 342/96) - que " altera dispositivo da Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977, e dá outras providências".
RELATOR: LUCIANO PIZZATTO

21 - PL 1.837/96 - do PODER EXECUTIVO (MSC 351/96) - que " dá nova redação ao inciso I do artigo 8º da Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981, que dispõe sobre o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas".
RELATOR: JOÃO THOMÉ MESTRINHO

22 - PL 1.942/96 - do Sr. ANTÔNIO DO VALLE - que " dispõe sobre a proibição de divulgação de informações sobre a apreensão de drogas pelas emissoras de rádio e televisão, e empresas jornalísticas.
RELATOR: ELIAS MURAD (AVOCADO)

23 - PL 2.377/96 - do PODER EXECUTIVO (MSC 875/96) - que " altera a redação do artigo 190 do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar".

RELATOR: ROGÉRIO SILVA

24 - PL 2.542-C/92 - do Sr. VALDENOR GUEDES - que " dispõe sobre a responsabilidade pelo pagamento da remuneração, proventos e pensões referentes aos servidores militares do extintos Territórios do Amapá e Roraima e dá outras providências".

RELATOR: ROMMEL FEIJÓ

25 - PL 4.259/93 - do PODER EXECUTIVO - que " dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências".

RELATOR: MAURÍCIO CAMPOS (REDISTRIBUÍDO)

26 - SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL AO PL2.522-B/89 - que "dispõe sobre a destinação de entorpecentes apreendidos".

27 - SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PL 2.801-D/92 - da COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO "EXTERMÍNIO DE CRIANÇAS" - que " altera dispositivos dos Devero-Leis nºs 1.001 e 1.002, de 21 de outubro de 1969, Códigos Penal Militar e de Processo Penal Militar, respectivamente".

RELATOR: ABELARDO LUPION

PROJETOS REJEITADOS

28 - PL 604-A/95 - do Sr. RENATO JOHNSON - que "acrescenta parágrafos ao artigo 1º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964; altera a redação do artigo 34 da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, e do inciso I do artigo 9º da Lei Complementar nº 69, de 23 de julho de 1991".

RELATOR: FRANCISCO RODRIGUES

29 - PL 690/95 - do Sr. AGNALDO TIMÓTEO E OUTROS - que "dispõe sobre a criação de Centros de Recuperação e Ensino Profissionalizantes de menores e adolescentes pelas Forças Armadas e dá outras providências".

RELATOR: PAULO DELGADO

30 - PL 812/95 - do Sr. JOÃO FASSARELLA - que "Altera a redação do artigo 74, da Lei nº 4.375, de 17 agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar".

RELATOR: ELIAS MURAD (AVOCADO)

31 - PL 1.376-/91 - do Sr. JAIR BOLSONARO - que "dispõe sobre o uso de imóveis militares na forma que menciona dá outras providências".

RELATOR: FRANCISCO RODRIGUES

32 - PL 1.661/96 - do Sr. PADRE ROQUE - que "altera a redação dos artigos 7ºs de Recuperação e Ensino Profissionalizantes de menores e adolescentes pelas Forças Armadas e dá outras providências".

RELATOR: PAULO DELGADO

33 - PL 1.891-A /91 - do Sr. JACKSON PEREIRA - que "dispõe sobre a maioria civil e penal e sobre a idade para prestação do serviço militar facultativo".

RELATOR: MARIA VALADÃO

34 - PL 2.073/96 - do Sr. ELISEU PADILHA - que "altera dispositivos do Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que "dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências".

RELATOR: HAROLDO LIMA

PROJETOS PENDENTES

35 - PDC 312/96 - da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES - que "aprova o texto do Acordo, por troca de Notas, que regulamenta a cessão de uma Companhia de Infantaria do Exército à Operação de Paz na ONU em Moçambique (ONUMOZ), celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas".

RELATOR: FRANCISCO RODRIGUES

36 - PL 329-A/91 - do Sr. MAX ROSENMANN - que "estabelece requisitos para acesso ao cargo de Escrivão de Polícia e dá outras providências".

RELATOR: WILSON LEITE PASSOS

37 - PL 401/91 - do Sr. PAULO PAIM - que "define os serviços ou atividades essenciais para os efeitos do direito de greve, previsto no parágrafo 1º do artigo 9º da Constituição Federal e dá outras providências".

RELATOR: LUCIANO PIZZATTO

38 - PL 807/95 - da Sra. VANESSA FELIPE - que "cria Fundo de Apoio à Região Sudeste com o objetivo de combater a violência nos Estados-membros integrantes da região".

RELATOR: ELIAS MURAD (AVOCADO)

39 - PL 1.642/96 - do Sr. ARLINDO CHINAGLIA - que "autoriza o livre acesso de Senadores da República e Deputados Federais às repartições públicas, para fins relacionados à atividade parlamentar".

RELATOR: A SER DISTRIBUÍDO

40 - PL 1.779/96 - do Sr. LUIZ FERNANDO - que "dispõe sobre a unificação dos quadros de Policiais-Militares Feminino com os Quadros de Policiais-Militares, das Polícias-Militares dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências".

RELATOR: LUCIANO PIZZATTO

41 - PL 1.912/96 - do SENADO FEDERAL - que "altera o Decreto-lei nº 205, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização, funcionamento e extinção de aeroclubes, e dá outras providências".

RELATOR: ELTON ROHNELT

42 - PL 1.936/96 - do PODER EXECUTIVO (MSC Nº 427/96) - que "define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências".

RELATOR: ROMMEL FEIJÓ

43 - PL 1.985/96 - do Sr. ADELSON SALVADOR - que "altera o texto da Lei nº 7.102, de 20 de julho de 1983, instituindo dispositivos de segurança de instalação obrigatória nas agências bancárias de atendimento ao público".
RELATOR: VILMAR ROCHA

44 - PL 1.991/96 - do Sr. JAIR BOLSONARO - que "concede indenização aos beneficiários dos servidores públicos civis mortos em consequência de ato ou fato relacionado com o movimento de repressão, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências".
RELATOR: FRANCISCO RODRIGUES

45 - PL 1.992/96 - do Sr. BENEDITO GUIMARÃES - que "altera o valor da pensão mensal vitalícia dos seringueiros da região Amazônica que tenham trabalhado na produção de borracha durante a Segunda Guerra Mundial".
RELATOR: ANTÔNIO FEIJÃO

46 - PL 2.072/96 - do Sr. JOSÉ ANÍBAL - que "dispõe sobre a transferência aos Municípios, pela União, da administração dos terrenos de marinha e seus acrescidos".
RELATOR: JOSÉ ANÍBAL

47 - PL 2.107/96 - do Sr. PADRE ROQUE - que "dispõe sobre a utilização de aerolevantamentos para fins de reforma agrária".
RELATOR: LUCIANO ZICA

48 - PL 2.223/96 - do Sr. PADRE ROQUE - que "autoriza a organização de corpos de bombeiros municipais voluntários em cidades e vilas não assistidas por destacamentos locais do respectivo Corpo de Bombeiros Militares".
RELATOR: HAROLDO LIMA

49 - PL 2.278/96 - do Sr. JORGE WILSON - que "altera artigos do Código Brasileiro de Aeronáutica, permitindo que empresas estrangeiras prestem serviço de transporte aéreo doméstico".
RELATOR: ELTON ROHNELT

50 - PL 2.382/96 - do Sr. ARNALDO FARIA DE SÁ - que "dispõe sobre as aposentadorias e pensões decorrentes do artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias".
RELATOR: FRANCISCO RODRIGUES

51 - PL 2.383/96 - do Sr. WIGBERTO TARTUCE - que "dispõe sobre a distribuição das armas de fogo de porte individual, respectivas munições, telefones celulares e coletes à prova de bala apreendidos pelos órgãos de segurança pública Federal ou Estadual".

RELATOR: ROBERTO JEFFERSON

52 - PL 2.422/96 - do Sr. ANTÔNIO FEIJÃO - que "regula os fundamentos e as condições para o desenvolvimento econômico-social da Região Amazônica, dando efetividade aos princípios do artigo 3º, inciso III, da Constituição Federal">

RELATOR: WERNER WANDERER

53 - PL 2.449/96 - do PODER EXECUTIVO (MSC Nº 998/96) - que "dispõe sobre a venda ou permuta de bens imóveis pelo Estado-Maior das Forças Armadas".

RELATOR: WILSON LEITE PASSOS

54 - PL 3.591/96 - do SENADO FEDERAL - que "regulamenta o registro e uso das informações geradas pelos Poderes Públicos e dá outras providências".

RELATOR: JOSÉ ANÍBAL

SEMINÁRIO

Violência, Drogas e Porte de Armas

Existe uma relação incontestável entre o crescimento do consumo de drogas e de armas e o aumento da violência. Esta foi a conclusão do seminário realizado pela Comissão de Defesa Nacional em conjunto com o Grupo Parlamentar para Prevenção ao Abuso de Drogas (Gruppad) nos dias 25, 26 e 27 de junho no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados. O encontro, que teve como proposta a análise dessa relação e as possíveis medidas no âmbito do Poder Legislativo, contou com a participação de várias autoridades no assunto e fez emergir novas propostas para o combate do mal que atinge todo o mundo contemporâneo: a violência.

O seminário mostrou que a sociedade que almeja a paz e a segurança precisa correr para fazer frente à espantosa velocidade com que o crime e a violência vêm crescendo e se organizando, principalmente nos grandes centros. As instituições e os órgãos responsáveis pela segurança pública necessitam de novas políticas que possam facilitar não somente a repressão mas também a prevenção da violência. A impunidade e a violência cometida pela própria polícia foram ainda citados como fatores desencadeadores de mais violência. Foram pontos altos do seminários: a apresentação do substitutivo do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) regulamentando o porte de armas, cuja principal novidade é a mudança de tratamento para o portador ilegal de arma, que deixa de ser contraventor e passa a ser um criminoso. O mapeamento com nomes de traficantes e dos locais onde crianças se tornam consumidoras e usadas no comércio de drogas no Rio de Janeiro, apresentado pela artista plástica Ivone Bezerra. A palestra do presidente da Comissão, deputado Elias Murad (PSDB-MG) demonstrando a relação direta entre a legalização das drogas e o aumento do consumo e do poder dos narcotraficantes nos países com tal legislação. A integra das palestras e debates de todo o evento poderá ser lida em publicação específica que já se encontra publicado pela Coordenação de Publicações da Câmara dos Deputados.

Participantes

Aloysio Andrade Freitas - Representante do COPEN
Antônio Ibañez - Secretário de Educação do DF
Anselmo Jerônimo de Oliveira - Promotor de Justiça de SC
Ariete Sampaio - Vice- Governadora do DF
Cândida Rosilda de Melo Oliveira - Presidente do CONEN-DF
Casildo Maldaner - Senador da República
David Beall - Secretário Executivo da CICAD
Dionelyo Francisco Morosini - Gen. e Dir. do Dep. de Segurança Pública do MJ
Édio Pereira de Oliveira - Rep. da Dir. de Fisc. de Produtos Controlados
Elias Murad - Presidente da Comissão de Defesa Nacional
Elisaldo Carlini - Sec. de Vig. Sanitária do DF e Rep. do Vice-Presidente da República
Fernando Gabeira - Deputado Federal
Getúlio Bezerra Santos - Rep. da Div. de Repressão a entorpecentes da PF
Gilberto Serra - Gen. e Sec. de Seg. Pública do DF
Marta Suplicy - Deputada Federal
Ivone Bezerra de Melo - Vice-Presidente da OnG Solidariedade França/Brasil
José Anibal - Deputado Federal
José do Espírito Santo - Rep. do Cons. Nac. dos Comandantes-Gerais das Pms e Corpo de Bombeiros Militares
José Genoíno - Deputado Federal
José Rezende - Deputado Federal
Luciano Pizzatto - Deputado Federal
Maria Abadia Silva - Sec. de Cultura de Goiânia e Professora
Maria Valadão - Deputada Federal
Marco Antônio Marques da Silva - Rep. da Polícia Federal
Misaél Antônio de Sousa - Advogado
Moroni Torgan - Deputado Federal
Nilton Cerqueira - Gen. e Sec. de Seg. Pública do RJ
Paulo César Gontijo - Juiz de Direito
Renato Rainha - Deputado Distrital
Roberto Jefferson - Deputado Federal
Romeu Tuma - Senador da República
Ruy Alberto Leme Cavalheiro - Rep. da Ass. dos Magistrados Brasileiros
Tarcisio Holanda - Jornalista
Ursicino Queiroz - Deputado Federal
Vera Lúcia Alves - Rep. do Movimento pela Vida

Política de Defesa em Pauta



Almirante, Mário César Flores, Emb. Edmundo Sussumu Fujita, Deputado Elias Murad, Emb. Sebastião do Rêgo Barros e Professor Eliezer Rizzo de Oliveira.

A Comissão de Defesa Nacional realizou no dia 28 de novembro, sob a presidência do deputado Elias Murad (PSDB-MG), o primeiro debate destinado a discutir exclusivamente a política de defesa do país. O seminário, inédito no Congresso, durou mais de oito horas e contou com a participação de representantes dos quatro ministérios militares, inclusive o próprio ministro da Marinha, Mauro César Rodrigues, do Itamaraty, especialistas no assunto, deputados e senadores.

O Plano de Política de Defesa, lançado pelo governo um mês antes, serviu de base para as discussões, em especial no que se refere à criação do ministério da Defesa. O ministro da Marinha, em seu depoimento, não se mostrou favorável à criação do ministério se não for melhor "detalhada sua real finalidade". Discordou também da alegação de que a criação do ministério ajudaria a reduzir as despesas com as Forças Armadas.

Apesar de não se manifestar claramente se a favor ou contra a criação do ministério, o ministro do Itamaraty, embaixador Sebastião do Rego Barros, contou sobre a reunião internacional de ministros acontecida em outubro na Argentina, quando o Brasil foi o único a se fazer representar por três ministros. Todos os outros países têm ministro da Defesa.

Já o ex-ministro da Marinha e ex-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE, o almirante Mário César Flores criticou o documento aprovado pelo governo, por considerá-lo "vago e ambíguo". Ele concorda, no entanto, com a opinião do deputado José Genoíno (PT-SP) de que o seminário pode ser considerado um marco e um avanço, pois coloca em pauta um assunto tradicionalmente restrito aos gabinetes militares. "O plano do Executivo abandona os conceitos antigos de segurança nacional do regime militar", avaliou Genoíno, que organizou o encontro.

Participantes

Embaixador Sebastião do Rêgo Barros - Ministério das Relações Exteriores
 Almirante de Esquadra Mário Cesar Flores
 Ministro do Itamaraty Edmundo Sussumu Fujita
 Representante do Embaixador Ronaldo Sardenberg -
 Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos
 General-de-Brigada Anel Pereira da Fonseca
 Representante do General Benedito Onofre Bezerra
 Leonel - Ministro Chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA)
 Brigadeiro-do-Ar Frederico de Queiroz Veiga -
 Representante do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Lelio Viana Lobo - Ministro da Aeronáutica
 Almirante de Esquadra Mauro Cesar Rodrigues Pereira -
 Ministro da Marinha
 General-de-Brigada Roberto Jugurtha Camara Senna
 Representante do General de Exército Zenildo Gonzaga
 Zoroastro de Lucena - Ministro do Exército

FUNCIONÁRIOS

Tércio Mendonça Vilar
Secretário de Comissão

Dijanete do Nascimento Pinto Corrêa
Adjunto de Secretário

Valéria Ribeiro da Silva F. Almeida
Assessoria de Imprensa

Paulo Roberto Affonso
Encarregado do Setor de Controle e Execução

Gislene de Almeida Vaz
Encarregado do Setor de Tramitação de Proposições

Cleonice da Silva Ferreira
Auxiliar de Comissão

Luciano Araújo Costa
Assessor Técnico da Comissão de Defesa Nacional

Francisca Elisabeth Eleutério
Secretária do Presidente da Comissão

Paulo Bruno da Silveira
Assistente Técnico da Comissão de Defesa Nacional

Ariston Santana
Eliessi Rodrigues Madureira
Dirceu da Silva
José Nilton Garcia
Salvador Vicente
Viná Rodrigues Pratini
Pessoal de Apoio Administrativo